

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA
ATA DA 88ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE -
COMDEMA

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Prefeitura, com início às dezesseis horas em primeira convocação, e às dezesseis horas e trinta minutos em segunda convocação, realizou-se a 88ª reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sob a presidência de Angela Maria Macuco do Prado Brunelli a presença dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, cujas assinaturas constam da lista de presença anexa, com justificativa de ausência de Márcio Martins e Cristiane Lujan. A presidente em exercício agradeceu a presença de todos e informou que a reunião é conjunta com a 78ª reunião do CMSA, Conselho Municipal de Saneamento Ambiental, e convidou Telma Magro para secretariar. Angela pediu para Telma ler a ata da reunião anterior, tendo sido aprovada com a seguinte alteração: foi acrescentado na linha 151 “e fazenda Santa Maria, de Habib Jorge Habib Farhat”, foi alterado na linha 152 “os proprietários requereram”, foi alterado na linha 156 “permitir”. Em seguida Angela informou que a pauta da reunião, com os seguintes assuntos: EIV da Cargill, EIV do loteamento BenViver da Pafil (correções), EIV do Edifício Moacyr Caldeira Filho, Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos – PMGRS, Ecopontos (Ponto de Entrega Voluntária), Utilização de recursos do FUNDEMA (Fundo Municipal de Meio Ambiente) e outros assuntos. Angela iniciou a reunião e informou o grupo formado na reunião anterior se reuniu com o promotor de justiça Herbert Oliveira, e nos foi apresentado o processo sobre o desmatamento das fazendas Santa Maria e Nossa Senhora Aparecida, e nos foi solicitado ao Departamento de Meio Ambiente - DAAMA informasse o processo de degradação da área da mata, e ao conselho que se manifestasse a respeito, para instruir o processo; o DAAMA protocolou um ofício com imagens do Google Earth, desde 1984, para justificar a crescente degradação, e a fundamentação legal, considerando que se trata de Bioma da Mata Atlântica, protegido pela lei federal nº11.428/06, e o conselho também protocolou um ofício discordando dos termos do TCRA (Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental) que autoriza a compensação ambiental com base na resolução SMA Nº 51/2016, que permite a compensação em 1,61 %, através do Programa Nascentes. A seguir Angela citou o caso do incêndio na mata do Jardim do Bosque no dia 20 de setembro, iniciado por uma carvoaria clandestina, e que atingiu a mata do Gusmão, e portanto foi solicitado ao DAAMA fizesse o auto de infração pela queimada e verificada a falta de licença de funcionamento da carvoaria, assim como o uso de madeira inapropriada para fazer carvão, uma vez que foram identificados no local paletes, que são feitos com madeira tratada, e emitem furano o dioxina ao serem transformados em carvão. A seguir passou a ser discutido a utilização dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente, FUNDEMA, e informado que as receitas são provenientes de tarifas e multas do Código de Arborização, LC nº 129/18, e de disposição de resíduos de empresas no pátio de transbordo de resíduo domiciliar; também foi apresentado uma estimativa dos custos de investimentos, serviços e materiais a serem feitos para manutenção das atividades e áreas de responsabilidade do DAAMA, como desassoreamento do lago, recuperação de alambrado, aquisição de sistema de segurança e de equipamentos para o viveiro no Parque Ecológico, recuperação de cerca no pátio de resíduos da construção e poda, execução de placas nos Ecopontos; as despesas foram aprovadas, conforme disponibilidade de recurso na conta do fundo. A seguir foi discutido Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos – PMGRS, e que se encontra disponível para consulta popular no site da Prefeitura, na página do DAAMA, e aberto para apresentação de contribuições, até o dia 15 de novembro, quando será finalizado e enviada o projeto de lei para ser aprovação na Câmara Municipal, CM; o plano contempla a gestão de resíduos tanto do setor público como do setor privado, e foi informado que o município tem por responsabilidade a destinação correta do resíduo domiciliar, sendo de responsabilidade do gerador os resíduos de saúde, da construção civil e demolição, da poda, e industrial; foi ressaltado que o município

49 tem função de indutor e gestor para a viabilização da melhor destinação destes tipos de
50 resíduos, a exemplo dos pneus inservíveis que são retirados gratuitamente pela empresa
51 ‘ReciclAnip’, que é uma entidade da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos; foi
52 comentado que a logística reversa tem sido feita também para outros tipos de resíduos como
53 pilhas, baterias, eletrodomésticos, lâmpadas, toners, dentre outros; foi informado que até o
54 final de novembro o plano deverá estar sendo encaminhado para o legislativo, mas foi
55 considerado que estando aprovado pelo conselho, uma vez que tem poder deliberativo,
56 permitirá que o executivo aplique o plano por decreto. A seguir passou a ser discutido sobre os
57 ‘EcoPontos’, ou Pontos de Entrega Voluntária, PEV, estão definidos 11 pontos em toda a
58 cidade, para receber resíduos da construção civil, da poda e volumosos, na quantidade de até 1
59 m³; Angela disse que há previsão de limpeza dos pontos duas vezes por semana, mas apesar
60 disso tem havido resistência de alguns municípios vizinhos deste pontos, no entanto essa
61 medida será uma tentativa de gerenciar a disposição destes resíduos . A seguir foi informado
62 que foi criada uma página do DAAMA no facebook, para consultas, sugestões e denúncias. A
63 seguir foi discutido o EIV do loteamento ‘BenViver’, e foram apresentadas as solicitações de
64 correções da análise realizada na 82ª reunião, como a apresentação da planta do
65 empreendimento, do projeto de macrodrenagem, como o tratamento das margens do córrego
66 Parati, execução de dissipadores, diques para redução de velocidade da água; foi observado
67 que as obras das galerias do Parque Eldorado, que tem lançamento no córrego do Parati, foram
68 feitas para uma área de contribuição de aproximadamente 1.528.632 m², e para uma chuva de
69 retorno de 25 anos, sendo que o recomendado é que seja feita para um período de 25 a 50 anos,
70 e os dissipadores para 100 anos, uma vez que a vazão chegou a 44 m³/s, e portanto a tendência
71 é que o sistema de drenagem entre em colapso acima da área do loteamento, e situação
72 semelhante poderá ocorrer na galeria do Jardim São Carlos, em obras na Rua Eurico Medeiros;
73 nas citações do quadro de impactos foram acrescentadas como medidas mitigadoras o item
74 controle de poluição e educação ambiental, e as referências bibliográficas foi atualizadas. A
75 seguir passou a ser discutido o EIV da Cargill Agrícola S.A., protocolo nº E-11876/2019 de
76 18/09/19, para o licenciamento de uma Fábrica de Pectina, em imóvel situado na Rodovia
77 Armando Sales de Oliveira, km 396, imóvel de matrícula 1020, com área de 344.800 m²,
78 localizado em área de expansão comercial, criada pelo decreto municipal nº 13.421 de 22 de
79 janeiro de 2019, e com características urbanísticas de ZIS, ou Zona de Uso Industrial e de
80 Serviços, e uso classificado como I3, ou Indústria Incômoda, Fabricação de Produto
81 Alimentício; foi observado que na página 22 foi adotado a área permeável de 20 % da área do
82 lote, nos termos do artigo 234 da LC nº 122/17, Plano Diretor, mas observado que o
83 empreendimento não é um condomínio empresarial, no entanto Angela considerou que áreas
84 muito grandes para o uso empresarial devem adotar o critério de condomínios, para garantir
85 boa permeabilidade, o que deve ser deliberado pelo conselho; foi observado que o sistema de
86 drenagem não prevê reservatórios de contenção de enchente, nos termos da lei estadual nº
87 12.526/2007, e também não cita como será a destinação da água pluvial ou a execução de
88 dissipador de energia de água para o lançamento; o número de vagas de estacionamento
89 citados é de 65 vagas, mas conforme quadro 03 do anexo 01 da LC nº 122/17, deveria ser 1
90 vaga /200 m², ou 109 vagas para uma área construída de 21.745 m², e também não faz
91 referência a área de pátio de carga e descarga, apesar de ser observado na Implantação do
92 anexo IV; a via marginal de acesso para fábrica a ser executada, citada na página 24, informa
93 que terá 15 m, mas a largura será de 35 m, da Av. João Ferreira Penna até o córrego
94 Mandembo, e de 18 m do córrego até a fábrica; na página 24 cita que entre corte e aterro do
95 terreno haverá um excedente de 251.375,79 m² de terra, mas não indica o local onde será
96 destinado essa terra, no entanto foi informado que ao menos parte desta terra será utilizado na
97 execução da marginal de acesso; a página 28 cita que está outorgado 160 m³/h para captação de
98 água através de um poço profundo, mas ainda não houve outorga, e sim uma declaração de
99 viabilidade de uso desta vazão, emitida pelo DAEE, Departamento de Água e Energia Elétrica;
100 na página 30 cita no balanço hídrico que o lançamento é de 125 m³/h, mas não foi indicado o
101 lançamento de 10 m³ de efluente para a rede pública do SAAEB, em execução na marginal de
102 acesso, e que será tratado na ETE, Estação de Tratamento de Esgoto, do Mandembo; neste

103 balanço foi incluído o volume dos lançamentos dos chuveiros de emergência, com 4,5 m³/h,
104 mas foi observado que não é um uso recorrente, e sim eventual, como é a água reservada para
105 o uso no sistema de combate de incêndio, portanto deve ser deduzido do valor de lançamento
106 de 125 m³, os valores de 10 m³ usado nos vestiários/sanitários, e 4,5 m³ usado nos chuveiros de
107 emergência; também foi considerado que a capacidade da ETE do empreendimento é de 90
108 m³/h, conforme informado no subitem A do item 2.32.3, incompatível com o lançamento total
109 de lançamento de 125 m³/h na ETE, informado no balanço hídrico da página 30; na página 34
110 os resíduos que serão destinados para a compostagem não têm indicação para onde serão
111 enviados, considerando a alta quantidade de 22.272 ton/ano; foi observado também que a cinza
112 da caldeira só poderá ser destinada para a compostagem se for classe II A, considerando o
113 possível lançamento de dioxina na queima do bagaço da cana-de-açúcar; na página 38 cita que
114 o acesso a fábrica será direto com a rodovia, mas foi considerado que esse acesso não foi
115 aprovado pelo DER, sendo feito somente pela via marginal; a página 82 cita a LC nº 43/06,
116 que foi revogada pela LC nº 122/17; na página 126 a metodologia para medição da magnitude
117 do impacto deve ser criada uma nova classificação, considerando o a alta probabilidade de
118 ocorrência, por ser permanente e irreversível, como o caso da supressão de vegetação em área
119 de preservação permanente, APP, onde será executado o emissário e a avenida de acesso, em
120 que foram citados na página 136 como de pequena magnitude, e foi portanto considerado que
121 apesar da supressão ser definitiva, a mesma deverá ser compensada; na página 136, não foi
122 indicado onde cita a Floresta Estacional em quantidade de 0,5 ha, onde fica a intervenção de
123 APP na quantidade de 0,51 ha, e como foram calculadas essas áreas, e foi considerado que a
124 intervenção é de pequena magnitude na área da planta da fábrica, e de grande magnitude na
125 área de intervenção da APP; na página 37 deve ser incluído como medida mitigatória de
126 compensação florestal prevista os TCRAs, em decorrência da supressão vegetal ocorrida; na
127 página 140 deve ser esclarecido melhor a destinação do resíduo sólido, como torta filtrada com
128 perlita e a casca usada, para compostagem, e onde será realizada; o plano de ação de
129 emergência não é citado, assim como não é tratado o controle de vazamento de produtos
130 químicos armazenado, tóxico ou inflamável; o item 4.1.3.2 cita incorretamente que a água do
131 córrego Mandembo é usada para o abastecimento público; por fim todas as considerações,
132 observações e solicitações foram aprovadas para uma revisão final do EIV. A seguir foi
133 informado que a Câmara Técnica de Planejamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo
134 Grande, CBH-BPG, realizará reuniões para atualização do Plano de Aplicação e Programa de
135 Investimentos, PA/PI, do Plano de Bacia, para definir a distribuição de recursos para os
136 próximos quatro anos. Angela perguntou se alguém gostaria de fazer uso da palavra, e não
137 havendo o mais nada a tratar, deu a reunião por encerrada, agradecendo a presença de todos.
138 Eu, Telma Alves Magro, lavrei a presente ata, que será por mim assinada e pelo presidente do
139 Conselho Municipal do Meio Ambiente, no dia vinte e nove do mês de outubro do ano de dois
140 mil e dezenove.

Angela Maria Macuco do Prado Brunelli
Presidente em Exercício do COMDEMA

Telma Alves Magro
Secretária